

Acordo encerra greve em escolas particulares

Com a mediação do TRT-MG, professores decidiram retornar às aulas. Haverá reajuste de 4,36% a partir de outubro. Direitos como férias coletivas e isonomia salarial estão mantidos

Proposta aceita, fim da paralisação

DANIEL MENDES*, MARIANA COSTA E SÍLVIA PIRES

Mobilizados desde 30 de agosto, os professores da rede particular de ensino de BH e região metropolitana decidiram pelo fim da paralisação em assembleia realizada na noite de ontem, no pátio da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG).

Após votação, os profissionais de ensino aceitaram a proposta mediada pelo Tribunal Regional do Trabalho (TRT-MG).

Mais cedo, representantes dos professores e das escolas particulares de Belo Horizonte e região metropolitana participaram de uma audiência de conciliação no tribunal. Pela proposta da desembargadora, férias coletivas e isonomia salarial não serão alteradas. Já o adicional por tempo de serviço vai ser reduzido, mas só vai valer para professores contratados a partir de março do ano que vem. Os tempos de 5, 10, 15, 20 e 25 anos serão reduzidos para 4, 8,5, 10, 15 e 20 anos.

Os professores também devem receber reajuste de 4,36% a partir de outubro e três parcelas de 9% a serem pagas até dezembro como forma de abono.

Muitos pais e alunos estiveram na porta do TRT-MG em manifestação de apoio à categoria. Em entrevista ao Estado de

Minas, antes da audiência, a presidente do Sindicato dos Professores do Estado de Minas Gerais (Sinpro-MG), Valéria Moraes, disse que os professores e professoras já abriram mão de vários direitos.

PRESSÃO E MEDO O professor de uma escola da rede particular de BH, Daniel Coelho, disse que a manifestação teve a função de pressionar o Sinepe-MG. "Ele (sindicato) simplesmente ignorou a pauta reivindicatória, que foi uma construção democrática pela categoria."

Segundo Coelho, desde 2018, o sindicato patronal adota essa prática. Porém, este ano, "eles foram ainda mais vorazes" para retirar direitos dos professores e "ampliar a margem de lucro" das escolas. "Depois de mais de 20 rodadas, estamos aqui, apelando ao TRT para a mediação, tentar sair desse discurso, que não é um discurso legítimo, real, de que estão abertos a negociação, sendo que eles nunca retroagem ou retrocedem um passo sequer", reclama.

A reportagem conversou com muitos professores que alegavam estar sofrendo pressão das escolas para não aderir à greve. O professor disse que, pessoalmente, não foi alvo de pressão, mas soube de casos em que profissionais estavam sendo expostos por participar da paralisação.



Ato de professores da rede particular em frente ao TRT-MG, no Bairro Funcionários, teve apoio de vários pais e alunos

APOIO A funcionária pública Cristiane Ferreira, de 49 anos, foi com a filha Lúlia, de 11 anos, aluna do 6º período do Colégio Santo Antônio, à manifestação em apoio aos professores na porta do TRT-MG.

"Acho absurda essa redução de direitos porque eles (professores) não estão pedindo nem aumento de salário, estão pedindo por um direito já conquistado há muito tempo." Ela afirma que os professores trabalham muito

além da carga horária e não é justo terem direitos retirados.

A mãe diz que a greve é um transtorno para todos, mas é uma medida necessária para a categoria conseguir preservar seus direitos. "Acho que a gente tem que apoiar essa luta agora porque eles não estão fazendo greve porque querem. É o último recurso realmente."

REPOSIÇÃO Por se tratar de um serviço particular com contrato

firmado, as escolas têm obrigações com os pais dos alunos. As instituições deverão compensar a exata carga horária que o aluno ficou sem aulas.

"Tudo é reposto. Uma prova que dura 50 minutos, vai repor os 50 minutos, e não um dia de aula perdido. Se não executar, a escola eventualmente é punida, até mesmo pelos órgãos reguladores. É um processo muito sério e organizado", afirma Paulo Lei-

te, superintendente-geral do Sinepe-MG.

Por meio de nota, na noite de ontem, o Sinepe confirmou o fim da paralisação após as categorias acolherem a proposta do TRT-MG. "Continuamos no firme propósito da transparência da comunicação e da qualidade de educação em Minas Gerais."

* Estagiário sob supervisão do editor Ellen Crislie

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Estado de Minas - Belo Horizonte/MG

Seção: Gerais Pagina: 12